



ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL NA CIDADE DE UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS.¹

Eliane de Fátima Apolinário Gomes

Resumo: A Educação Inclusiva vem crescendo muito e está baseada no pressuposto de que toda criança tem direito à educação de qualidade, mas os sistemas educacionais precisam mudar para responder às necessidades dos educandos. A Escola Municipal Inspetora France Abadia Machado Santana, no bairro jardim Patrícia, Uberlândia, Minas Gerais se mostrou como uma das escolas que, segundo alguns frequentadores da mesma, afirmam que há um grande trabalho voltado para a inclusão no ambiente escolar. Diante disso, o objetivo do trabalho é conhecer os processos desenvolvidos na Escola Municipal Inspetora France Abadia Machado Santana quanto à educação inclusiva. Não basta colocar uma criança no mesmo ambiente que as outras e dizer que é inclusão.

Palavras-chave: Educação especial. Inclusão. Contribuição social.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão se dá não somente em espaços educacionais, mas no espaço da família, em grupos de amigos, em diversos ambientes. Saber realizar proposta de ensino inclusivo de acordo com a sociedade, onde não pode aceitar a discriminação, preconceitos de povos e culturas, implica na formação do profissional saber realizar proposta de ensino inclusivo.

A inclusão escolar é direito garantida pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Mas, a questão é até onde esse direito é garantido? Com base nas dificuldades que serão apresentadas em lidar adequadamente com as crianças que requerem um cuidado especial para a inclusão, e precisamos cada vez mais ampliar os estudos a respeito do tema.

No Brasil o documento que rege o processo de inclusão escolar é a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que tem como objetivo “garantir que haja a inclusão escolar de alunos com deficiências, transtornos de desenvolvimento global e altas habilidades para que esses tenham

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade do Sul de Santa Catarina, sob orientação do(a) professor(a) Rosani Casanova Junckes, no segundo semestre de 2018.



acesso, com participação ativa, no processo de aprendizagem em qualquer nível de ensino regular”. (BRASIL, 2008, p.14).

O recém-aprovado Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei 13.005/2014) determina diretrizes para políticas públicas de educação para o período de dez anos desde sua entrada em vigor, entre as quais está a universalização ao atendimento escolar, a superação das desigualdades educacionais e valorização dos profissionais da área.

É fato que desde a década de 1990 o Brasil adere e legitima a educação inclusiva por meio da assinatura de declarações internacionais e da promulgação de leis e decretos. Porém, no que tange a sua implementação, este ainda é um campo repleto de desafios. Um deles refere-se ao fato de que os objetivos da educação numa sociedade voltada para o consumo e para a competitividade constantemente se impõem como obstáculos ao ingresso e à permanência do aluno significativamente diferente.

A inclusão escolar vem avançando, porém ainda há um longo caminho a ser percorrido, da questão prática para a teórica e o que se busca são respostas, são as obrigatoriedades de garantir a essas crianças com necessidades especiais, o direito a uma educação de qualidade, respeito à diversidade, e o suporte necessário de uma escola preparada com profissionais aptos a essa inclusão. Mesmo que a realidade seja outra, há em várias escolas o desejo de que tudo isso seja possível de acontecer.

Nesse sentido, a Escola Municipal Inspetora France Abadia Machado Santana, no bairro jardim Patrícia, Uberlândia, Minas Gerais se mostrou como uma das escolas que, segundo alguns frequentadores da mesma, afirmam que há um grande trabalho voltado para a inclusão no ambiente escolar. Diante disso, iremos fazer uma análise nesta escola. Na escola são atendidos crianças com autismo, Síndrome de Down, TDAH e deficiência intelectual.

O objetivo geral deste estudo é conhecer os processos desenvolvidos na Escola Municipal Inspetora France Abadia Machado Santana quanto à educação inclusiva. Nesse âmbito, os objetivos específicos foram identificar as dificuldades e soluções encontradas na Escola Municipal Inspetora France Abadia Machado Santana quanto à inclusão escolar; Verificar a preparação dos professores e da



escola para lidar com as crianças deficientes e observar como ocorre o acolhimento ao diferente e o respeito às diferenças no espaço escolar.

O trabalho trará uma fundamentação teórica citando autores que discutem o assunto em pauta, posteriormente uma análise de um questionário aplicado a professores e funcionários da escola estudada, e por fim, para concluir o trabalho, busca trazer um posicionamento reflexivo a partir dos resultados obtidos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A inclusão escolar vem ocupando um lugar significativo nos debates há décadas, como meio de promover o acesso de alunos com deficiências nas escolas regulares e, sobretudo na sociedade. Nesse contexto, muitas decisões têm sido tomadas e documentos têm sido elaborados como forma de garantir esses direitos, como se pode constatar, por exemplo, na declaração de Salamanca, que consiste em proporcionar uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de 'educação para todos' firmada em 1990 [...] ela promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nessas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem (UNESCO, 1994).

Ainda, por meio da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, adotada pela ONU em dezembro de 2006, a qual reforça a recomendação em prol da educação inclusiva. Esta convenção estabelece que “os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os estados e suas partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida” (ONU, 2006, p.11).

A inclusão escolar é um objetivo em comum que precisa ser alcançado. No entanto deve-se buscar mais que simples ideias. São necessárias ações concretas e efetivas com a participação de educadores, governantes e setores influentes da sociedade. No Brasil, a principal política referente à educação é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96). A LDB baseou-se nas diretrizes propostas por documentos internacionais, enfatizando a erradicação do



analfabetismo e legitimando o acesso igualitário e permanência na escola, desde a educação primária até a superior.

Outra política educacional importante é o recém-aprovado Plano Nacional de Educação (PNE - Lei 13.005/2014). Este documento determina diretrizes para políticas públicas de educação para o período de dez anos desde sua entrada em vigor, entre as quais está a universalização ao atendimento escolar, a superação das desigualdades educacionais e valorização dos profissionais da área (BRASIL, 2014).

A política de inclusão escolar está prevista também na constituição federal de 1988. De acordo com a constituição brasileira, tanto as escolas públicas, quanto as particulares têm obrigação de aceitar a matrícula de qualquer aluno, para o caso de estudantes com deficiência a escola deve considerar a mobilidade reduzida e as possibilidades de fala e comunicação diferenciadas para pensar as estratégias de acesso, permanência e aprendizagem de cada um deles (MENEZES, 2012).

Sendo assim como se pode ver, existe ampla gama de documentos, convenções e diretrizes que assegura o acesso de pessoas com deficiência ao ensino regular em escolas comuns. A dificuldade está em colocar tudo isso em prática de modo a tornar a inclusão uma realidade.

Menezes (2010) afirma que um bom projeto pedagógico e os planos de aula dos professores valorizam a história, a cultura e as experiências que os alunos já trazem consigo. E ele ainda afirma que muitas escolas diversificam o programa, mas esperam que no fim das contas todos tenham os mesmos resultados, como se a aprendizagem fosse padronizada e todos conquistassem ao mesmo tempo o resultado esperado pela escola. Os alunos precisam de liberdade para aprender do seu modo, de acordo com as suas condições, em seu tempo, não somente aqueles alunos que possuem alguma deficiência como os que não possuem nenhuma também.

Com base nas abordagens dos autores e nos documentos citados é possível notar grandes semelhanças nas ideias que norteiam o tema da inclusão escolar. Todos convergem para o senso comum de que é necessário e fundamental focar certos fatores essenciais, tais como, a garantia de educação de qualidade, direito de vagas tanto nas escolas públicas quanto nas escolas privadas, garantia de acesso igualitário e permanência na escola, da educação primária até o superior. Pregam



ainda, a necessidade de estratégias para a consecução desses objetivos. Mas todas essas propostas vão de encontro às barreiras que impedem suas implantações concretas. Algumas dessas barreiras se constituem na falta de previsão orçamentária e, por vezes cortes consecutivos aos já parcos orçamentos existentes, o que dificulta a implementação de políticas públicas reais, o investimento em treinamento adequado de professores especializados e à aquisição de materiais e instalações próprias, entre outros fatores. Tudo isso leva a um abismo entre o que é o ideal e o que é de fato.

2.1 A inclusão no processo escolar

Não basta colocar uma criança no mesmo ambiente que as outras, nem muito menos somente matricular que se garante a inclusão. Incluir vai além do espaço físico, é a forma que a criança é acolhida sem exceção, no processo de ensino e aprendizagem. Incluir significa fazerem as mesmas atividades, terem os meus direitos de aprendizagem, mesmo que o ritmo seja diferente dos demais, o importante é como essas crianças estão sendo inseridas no processo.

Martins (2011, p. 51), acreditamos que a construção de uma escola inclusiva seja possível, mas “ainda não é uma tarefa fácil de ser empreendida, em decorrência de muitas barreiras existentes”.

A educação como direito de todos os indivíduos precisa abranger a todas as classes sociais, culturais e chegando também às pessoas com transtornos e deficiências.

A Constituição Federal garante o direito à igualdade no seu art. 5º e o direito de todos à educação nos artigos 205 e demais subsequentes. Com apenas estes artigos toda e qualquer instituição escolar tem o dever de atender a todos, não podendo realizar nenhum tipo de exclusão por cor, raça, sexo. Nestes parâmetros compreendesse também qualquer tipo de deficiência ou ausência dela (LAREZZI et al., 2000).

A partir da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) a proposta de inclusão ganhou força. Esta propõe que “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar...”, pois tais escolas “constituem os meios mais capazes para combater as



atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos...” (p. 8-9).

O Ministério da Educação (MEC) em 2004, na publicação *Direito à Educação – Subsídios para a gestão dos Sistemas Educacionais*, reafirma os marcos legais que permitem orientar os sistemas de ensino para uma Educação Inclusiva, que visa romper com a ideia de integração das pessoas com deficiências, baseada no paradigma de aproximação de normalidade, em que o sujeito adapta-se às condições vigentes.

Para Michels (2006) a gestão e a educação inclusiva, juntamente com a formação de professores, são eixos articulados que atribuem à escola, desde a década de 90, uma nova organização. A partir desse pressuposto teórico, a autora afirma que todos os professores são gestores da educação e da escola, sendo que esses profissionais são responsáveis pela inclusão de alunos que vem sendo excluídos do sistema de ensino. “A inclusão, então, aparece como propulsora de uma nova visão da escola. Agora sob a narrativa do respeito às diferenças, oportunizasse a educação diferente para compensar as diferenças sociais”.

Segundo Edepe (2011) a educação inclusiva é, assim, uma política que busca perceber e atender às necessidades educativas especiais de todos os alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Nesta proposta, todos os alunos devem ter a possibilidade de integrar-se ao ensino regular, mesmo aqueles com deficiências ou transtornos de comportamento, de preferência sem defasagem idade-série.

No movimento de uma educação para todos, a concepção de educação inclusiva toma força e se dissemina tanto nos documentos oficiais como nas orientações pedagógicas do MEC. Nesse sentido, sua proposta contribuirá para que a escola repense suas concepções e práticas e reafirmem a necessidade da oferta do AEE enquanto instituição de ensino. Isto acarretará mudanças e uma nova organização do sistema educacional, para receber na rede regular um público que antes estava restrito às escolas e classes especiais.

Para isso, a escola deverá adequar-se para atender às necessidades destes alunos inseridos em classes regulares. Portanto, requer mudanças significativas na



estrutura e no funcionamento das escolas, na formação dos professores e nas relações família-escola (MEC, 2004).

Nesse contexto, Lago (2007) enfatiza que é dever do Estado providenciar atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. Dispõe-se esta sustentação legal na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no Estatuto da Criança (ECA), dentre outras resoluções e decretos que buscam reafirmar estes direitos. A Lei nº 9.394/96 reafirma ser dever do estado promover “o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com de necessidades educativas especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (art. nº4º, inc. III).

A inclusão envolve o que há de mais singular na aprendizagem, ou seja, a subjetividade do aluno. É preciso levar em conta singularidade de cada sujeito; esta é a verdadeira questão da política inclusiva (LAREZZI et al., 2000).

A lei n 10.172/01 – aprova o Plano Nacional de Educação que estabelece vinte e oito objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais. E nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado se configura como um dos serviços para materializar a política de atendimento as pessoas público alvo da Educação Especial.

Segundo Diéz (2010) todos os sistemas de educação, independentemente do contexto político, social, cultural e econômico devem seguir incorporando em suas agendas mecanismos para ir avançando para práticas mais inclusivas.

O avanço do paradigma da Educação Inclusiva tem trazido grandes desafios à Educação. A própria Educação Especial vem tendo que redimensionar o seu papel, antes restrito ao atendimento direto dos educandos com necessidades especiais, para se constituir, cada vez mais, num sistema de suporte para a escola regular que tenha alunos especiais incluídos. (GLAT et al., 2006). Ou seja, a Educação Especial é hoje concebida como um conjunto de recursos que a escola regular deve ter à sua disposição para atender a diversidade de seus alunos. Em outras palavras, consideramos falsa a dicotomia frequentemente apontada entre Educação Especial e Educação Inclusiva, como se o advento de uma representasse a descontinuidade da outra. Na realidade, ocorre justamente o contrário, pois em um



sistema educacional inclusivo o suporte da Educação Especial é imprescindível (GLAT & PLETSCH, 2004).

2.2 O papel do professor na inclusão

A escola precisa urgentemente estar preparada para uma educação para a diversidade, pois o Brasil é um país rico em culturas, em etnias, em raças, em credos e possui um número crescente de pessoas com algum tipo de deficiência que estão saindo do enclausuramento em busca de inserção social, educacional e profissional.

Atualmente, para construir uma escola que atenda adequadamente a alunos com características, potencialidades e ritmos diferentes de aprendizagem, não basta apenas que tenham professores e demais profissionais que uma escola normalmente apresenta. Faz-se necessário que os profissionais e principalmente os professores estejam capacitados para exercer essa função, atendendo a real necessidade de cada educando. Frente a isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, artigo 62, situa:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 2006).

O direito é garantido aos alunos com necessidade especial a estudar em escolas regulares, mas precisamos entender um pouco sobre como deve ser o papel dos professores para que esse direito seja garantido. O professor é tradicionalmente reconhecido como agente facilitador dos processos de desenvolvimento e aprendizagem, mediando às experiências escolares (RODRIGUEZ; BELLANCA, 2007). As dificuldades perante os professores começam mesmo antes de sua formação. Diante de tais desafios, entende-se que o modo como enfrenta depende do suporte institucional e acadêmico, e também de recursos psicológicos disponíveis para lidar com essa realidade (DUEK; NAJOURKS, 2008).

Esse suporte vai muito além de sua formação, requer materiais de apoio, ambientes adaptados, materiais didáticos, apoio tanto da escola quanto das famílias.



Melo e Ferreira (2009) aponta que os professores procuram conhecimento teórico e formação continuada, além de profissionais responsáveis pelo atendimento, em busca de orientações. Portanto uma boa formação dos professores, e um suporte, são imprescindíveis para que haja a inclusão total dos alunos, como as estratégias e metodologias de aprendizagem aos alunos com necessidade especiais.

Diante das inúmeras deficiências, transtornos e necessidades especiais, o papel do professor é de suma importância na educação inclusiva, visto que o professor é a “autoridade competente, direciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias à apropriação do conhecimento” (GAZIM et. al, 2005, p.51). O professor é o mediador entre o aluno e o conhecimento e cabe a ele promover situações pedagógicas em que os alunos com necessidades educacionais especiais superem o senso comum e avance em seu potencial humano afetivo, social e intelectual, quebrando as barreiras que se impõem.

Para Rocha (2017) um dos fatores primordiais para uma proposta inclusiva em sala de aula é que os professores mudem a visão incapacitante das pessoas com necessidades educacionais especiais para uma visão pautada nas possibilidades, elaborando atividades variadas, dando ênfase no respeito às diferenças e às inteligências múltiplas.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como instrumento da coleta de dados, serão utilizados questionários e observação, onde colheremos dos pesquisadores no seu meio, suas opiniões sobre o referido tema, inclusão escolar, quais as perspectivas e as experiências vividas em sala de aula.

O questionário foi aplicado às educadoras que trabalham com alunos com NEE e com a equipe diretiva da escola, bem como supervisoras. O trabalho foi realizado pontualmente na Escola Municipal Inspetor France Abadia Machado Santana, em um período de 30 dias com aplicação da entrevista (14 perguntas) e posterior, observação da rotina pedagógica desses alunos. Analisou-se como acontece a inclusão escolar dos alunos com deficiência em seu ambiente.



A escola apresenta alunos de diversos transtornos/síndromes e deficiências diferentes, alguns com atendimento específico. Também conta com uma sala de Atendimento Educacional Especializado adaptada para alguns alunos, onde o profissional que atende em contra turno tem especialização e adapta o ambiente para os alunos.

Um dos primeiros questionamentos era como as docentes definiam a inclusão escolar. E a grande maioria das professoras citaram ser algo desafiador, possível e necessária. Deixam claro que incluir seria respeitar e valorizar todas as diferenças culturais, sociais e religiosas não apenas as pessoas com deficiência.

A inclusão de pessoas com deficiência nas escolas comuns na rede regular de ensino coloca novos e grandes desafios para o sistema educacional. Talvez nos últimos tempos esse seja um dos temas que mais provoca professoras das escolas comuns, professoras do ensino especial, pais e comunidade a realizar discussões tão acaloradas a respeito de modificações que devem ser realizadas na escola que nem mesmo as três leis de diretrizes e bases conseguiram. (SARTORETTO, 2017).

Depois se pergunta como acontece a inclusão na escola estudada, e quais os procedimentos para se realizar de fato a inclusão na escola e é enfatizado que acontece na sala de Atendimento Educacional Especializado há alguns anos já, com a integração entre todos da equipe e família. Também é feito reuniões periódicas, observação dos resultados e intervenções quando necessárias.

É possível enxergar a dificuldade de se promover a inclusão dentro de uma sala de aula regular juntamente com os outros alunos. Receber o aluno com deficiência na sala de aula não significa inclusão, há necessidade do preparo do docente para conhecer o tipo de deficiência e a história de vida do aluno, sua relação com seus familiares e vice-versa; saber como trabalhar com outros alunos e com suas famílias, é este o contexto que chamamos inclusivo.

A rede pública de educação vem encontrando dificuldades na implantação da política nacional de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva. A educação inclusiva precisa fazer parte de um projeto político pedagógico que se inicia na secretaria estadual de educação, valorizando a participação ativa de todos os segmentos da escola.

Podemos afirmar que nos últimos anos o Brasil vem desenvolvendo com bastante relevância uma política de inclusão educacional onde percebemos a



presença cada vez maior de estudantes com necessidades especiais nas escolas regulares, em salas comuns, com o suporte dado pelo AEE, no contra turno, para que possam ter um efetivo sucesso no que diz respeito ao ensino aprendizagem desses estudantes. No país como um todo, e não diferente, no nosso estado e município de Uberlândia, essas salas de recursos são ainda muito escassas, quando comparadas com a demanda das necessidades nessa área.

Apesar do contínuo esforço por parte dos órgãos públicos na cidade de Uberlândia em incentivar cada vez mais a implementação de uma educação que atenda a todos, são muitos os desafios a superar. Podemos nomear alguns: estruturação das salas de recursos multifuncionais em um número maior de escolas, transporte escolar, auxiliares em sala de aula regulares que ajudem efetivamente os estudantes com NEE, recursos para melhorias estruturais nas escolas e cursos de formação para professores da educação especial, entre outras questões.

Posteriormente, é questionado se o processo tem trago resultados para as crianças com deficiência, e 100% das professoras que participaram evidenciaram que há resultados positivos, mas que esses resultados dependem de outros fatores e claro, são a longo prazo percebendo melhoras comportamentais e intelectuais.

Quando perguntado se as outras crianças entendiam a inclusão escolar, os profissionais deixam claro que a maioria dos alunos sim, mas ainda existem dificuldades em socializar e compreender as dificuldades do colega com transtorno e/ou deficiência de maneira efetiva.

Sabe-se que, realmente, o trabalho precisa ser coletivo, com tutorias, com todos juntos, por isso aprendizagem é cooperativa, um ajudando o outro, quer seja professor-professor, professor-especialista, professor-aluno, aluno-especialista, aluno-aluno, enfim quem sabe ensina (ALMEIDA, 2016).

Ainda para Almeida (2016) em todos os sentidos, primeiro em manter a exclusão das pessoas, manter mitos e informações errôneas, isso chamamos de acessibilidade atitudinal, é a mais difícil porque exige que resignifiquemos nossos valores, nossas relações, nossas crenças, enfim todos nós somos especiais e deficientes.

O preconceito faz parte da natureza humana, desde o início da humanidade. O homem desconfia e tem medo de tudo o que é diferente dele mesmo, do “outro”. O “outro” inspira receio, temor, insegurança. Esses sentimentos eram importantes no



tempo das cavernas, quando os homens eram poucos e lutavam bravamente para sobreviver em um ambiente hostil. Certamente, essa característica foi selecionada evolutivamente porque ajudava na sobrevivência da espécie.

Depois o questionário indagou como a instituição colabora para que a inclusão seja realizada e como ela ajuda que os profissionais realizem melhor a inclusão, e é citado reuniões com a pedagoga da escola, vários projetos, a sala de AEE, conversas com os estudantes, cursos periódicos no CEMEPE (formação continuada) e investimento em materiais didáticos dentro do espaço do AEE.

Sem dúvida a capacitação, a pesquisa e o aprimoramentos são imprescindíveis a prática pedagógica de um profissional da educação. Contudo, a convivência, a experiência e ajuda de profissionais especializados e da família, o professor verifica que o processo de inclusão não é tão difícil como parecia, é um desafio porque implica em mudanças nas práticas pedagógicas muitas vezes cristalizadas.

Quando questionado as dificuldades que ainda encontram para realizar o trabalho dentro da inclusão escolar, e a maior parte enfatizaram que as turmas estão lotadas e o trabalho com o aluno fica comprometido. Também foi citado o não apoio e aceitação da família.

A escola e os professores que recebem nas salas de aula regulares alunos com deficiência deparam-se com desafios educacionais diferentes daqueles que habitualmente formam o repertório de situações escolares cotidianos: insegurança quanto à forma de lidar com o educando com deficiência, medo de não garantir a aprendizagem que se espera, desconhecimento das especificidades cognitivas, biológicas, comportamentais das deficiências influem reforçando negativamente a acolhida e a interação do educando com necessidades educacionais especiais (ROTH, 2006) . A comunidade escolar, além do professor das salas regulares, precisam ser apoiados na construção de uma cultura do acolhimento e da diversidade, através de ações e de momentos de reflexão, debate, estudo, intervenção pedagógica que permitam compreender a complexidade sociocultural dos diferentes níveis de aprendizagem e das formas de aprender dos estudantes que estão na escola. Há barreiras pedagógicas no cotidiano da escola quando não se favorece a aprendizagem e a interação dos diferentes estudantes e barreiras atitudinais quando as relações sociais discriminam e segregam (MIRANDA, 2008).



Muitos professores encontram dificuldades em trabalhar com a diversidade, demonstrando insegurança para desenvolver seu papel, pois não existe uma fórmula correta para lecionar diante das especificidades que cada aluno apresenta, sendo o aluno deficiente ou não.

A luta pela escola inclusiva, embora seja contestada e tenha até mesmo assustado a comunidade escolar, pois exige mudança de hábitos e atitudes, pela sua lógica e ética nos remete a refletir e reconhecer, que se trata de um posicionamento social, que garante a vida com igualdade, pautada pelo respeito às diferenças (ZIMMERMANN, 2008).

As professoras destacam duas questões para que o processo continue se efetivando, que são a concepção do professor em relação ao aluno incluído e as adaptações curriculares que vão acontecer ou não em função desta concepção. Para uma determinada professora (M), através da formação continuada poderão ser derrubados os mitos existentes nas cabeças dos professores. Inclusive a maior dificuldade encontrada pelas professoras das salas de recursos de acordo com outra profissional (P), foi em relação (...) a descrença da possibilidade da evolução destas crianças. Alguns professores dizem que essas crianças não têm que estar na sala.

Por fim, pergunta-se se existe a sala de recursos com profissionais especializados e se realmente o trabalho acontece em conjunto. A escola conta uma sala adaptada, não é uma sala de recursos multifuncionais normal. Ela atende os alunos com atendimentos individuais com horários semanais.

Segundo Guimarães; Mafra (2015) são nestas salas que o fazer pedagógico é novo, e deve facilitar a construção do conhecimento pelo educando, permitindo que desenvolvam o currículo e participem ativamente da vida escolar.

Segundo Silva (2014) vale salientar que a construção e idealização de uma escola de qualidade para todos na filosofia inclusiva é almejada pelos gestores, professores, alunos, pais e toda a sociedade. Essa possibilidade exige modificações profundas nos sistemas de ensino, partindo de uma política pública efetiva de educação inclusiva com objetivo de oferecer aos alunos com necessidades educativas especiais, educação de qualidade, que proporcione na prática na ação docente, na aprendizagem, a superação de toda e qualquer dificuldade que se interponha à construção de uma escola democrática e inclusiva.



4 CONCLUSÕES

Fica claro pelos questionários respondidos e observação que a inclusão, processo bastante amplo, vem acontecendo de modo gradativo na escola. Os alunos passam por avaliações e recebem auxílio e apoio de profissionais. A família também passa por uma avaliação de comprometimento, e a partir dos relatos da família e avaliação e relatórios médicos, as educadoras buscam adequar os conteúdos e a dinâmica em sala de aula para atender estes alunos também.

Encontram grande dificuldade no próprio sistema de saúde que muitas vezes dificulta a emissão de laudos, marcação de consultas, e até mesmo a resistência na aceitação da família nas especificidades e deficiências da criança e/ou adolescente. É possível enxergar empecilhos no sistema educacional também que não disponibiliza quadro de funcionários variado, onde a escola trabalha com quantidade inferior ao adequado para um melhor desenvolvimento destas crianças e adolescentes.

Os depoimentos e questionários observados e analisados, são fundamentais para esta análise, onde demonstram que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas ao longo do processo inicial da inclusão, as professoras estão compreendendo e aceitando que o ensino comum é o melhor lugar para que ocorra a aprendizagem destes alunos e não na classe especial. Inclusive, muitas consideram que eles apresentam dificuldades no decorrer do processo de ensino aprendizagem, mas também apresentam potencial para aprender

É sim um grande desafio aos professores o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, pois cabe a eles construir novas propostas de ensino, atuar com um olhar diferente em sala de aula, sendo o agente facilitador do processo de ensino-aprendizagem. Formar um ensino que respeite a diversidade das pessoas e aprender com isso, usufruindo de conhecimentos construídos por cada um na perspectiva de um crescimento interpessoal, pois a possibilidade de aprendizagem dessas pessoas está diretamente relacionada ao intuito de aprender, estimulado pelo professor e por todos os sujeitos que se relacionam, possibilitando a aquisição de novas funções cognitivas que será



essencial para sua trajetória escolar, independentemente de suas necessidades e/ou capacidades.

É imprescindível que se monitore a qualidade da aprendizagem oferecida à diversidade dos sujeitos nos espaços escolares e a importância de não somente reconhecer seus avanços e dificuldades, mas sobretudo, intervir de forma colaborativa na cultura escolar e nas práticas pedagógicas, de maneira corresponsável, auxiliando professores e comunidade, a encontrarem caminhos alternativos para a superação das dificuldades de ensino e de aprendizagem.

Por fim, é importante a preocupação em melhorar esse processo, pois a cada ano apesar de não terem tantas adaptações e adequações para as suas necessidades, os alunos estão evoluindo e precisarão que a escola se modifique para atendê-los, e com toda certeza, o educador especial, com o processo de inclusão, passou a ser, para a escola, um profissional supervalorizado por considerarem-no o único mediador das questões advindas da inclusão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. R. **Receber o aluno com deficiência na sala de aula não significa inclusão.** 2016. Disponível em: <http://www.institutoinclusaobrasil.com.br/informacoes_artigos_integra.asp?artigo=151> Acesso em 15. Out. 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.

DUEK, V. P.; OLIVEIRA, V. F. 2008. Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular: ressignificando a formação pessoal e profissional da educadora infantil. **Revista Educação Especial**, 25, 49-58.

GAZIM, E. et al. Tendências pedagógicas brasileiras: contribuições para o debate. **Revista Chão da Escola.** Curitiba, n. 4, p. 41-52, out. 2005.

MAFRA, L. **Inclusão nas escolas públicas: estudo sobre a educação especial na perspectiva da inclusão nas escolas da cidade de Mossoró.** 2015. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).



MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H." Declaração de Salamanca "(verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2010.

ROCHA, A. B. O. O papel do professor na educação inclusiva. **Ensaio Pedagógicos**, v.7, n.2, Jul/Dez 2017.

ROTH, B. W. **Experiências Educacionais Inclusivas: programa educação inclusiva direito à diversidade**. Brasília, MEC, Secretaria de educação especial, 2006.

SILVA, J. P.; PANAROTTO, J. **A inclusão no contexto atual**. 2014. Faculdade de Administração da Associação Brasileira de Educação FABE – Marau –RS.

UNESCO; Ministério da Educação e Ciência da Espanha. (1994) Relatório Final da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 7-10 Junho, 1994.

ZIMMERMANN, E. C. **Inclusão escolar**. 2008. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/inclusao-escolar/5190/>>. Acesso em 29. Set. 2018.